

As oposições travam a luta contra relógio

Da sucursal de
BRASÍLIA

A insistência da maioria do PMDB de tentar votar no Congresso até o final do mês a emenda do governo tem uma explicação: a candidatura "competitiva" de Tancredo Neves a presidente, em eleição indireta — desde que inviável a sucessão direta. Se transferida a votação para o início de agosto, o governador de Minas, já relutante, não renunciaria ao Palácio da Liberdade para tentar a aventura do Palácio do Planalto. É a opinião generalizada no partido.

Pela Constituição, todos os governadores estão inelegíveis desde quinta-feira última para disputar eleições diretas, se realizadas a 15 de novembro. Daí a luta dos moderados para apressar a indicação do governador mineiro, junto a Ulysses Guimarães, aos integrantes do chamado "Grupo Só-Diretas", e aos intransigentes do PT.

O tempo corre contra Tancredo. Candidato derrotado em 1960 ao Palácio da Liberdade, Tancredo Neves, com 74 anos, só se aventuraria a renunciar ao governo de Minas — que conquistou 22 anos depois — mediante prova provada de que teria condições de ganhar no colégio eleitoral.

Há dias, os tancredistas estavam eufóricos. Considerado pelos moderados um adversário "cordial" da candidatura indireta de Tancredo, Ulysses teve a iniciativa de sugerir a discussão e votação da emenda Figueiredo nos dias 26 e 27 deste mês. Haveria tempo suficiente até 14 de agosto para o governador de Minas avaliar suas possibilidades eleitorais. Mas logo eles ficaram surpresos e irritados com o presidente do PMDB: o PDT e o PT, além dos "radicais" peemedebistas, contestaram o calendário sugerido por Ulysses e acolhido pelo PDS. O presidente do PMDB mudou de opinião, depois de ser criticado pelos líderes Brandão Monteiro (PDT) e Aírton Soares (PT), por ter mantido encontro "semi-sigiloso" com o PDS sem avisá-los.

Mesmo correndo o risco de aprofundar suas divergências com os tancredistas, Ulysses resolveu prestigiar o PDT e o PT, "em nome da unidade oposicionista". Sem condições efetivas de promover a retomada da mobilização popular pelas diretas e sem condições políticas para aprovar a emenda das "diretas já", o alto comando das oposições optou pelo óbvio: consultar a sociedade, se preferiria eleições diretas ou indiretas.

A decisão do Comitê Nacional Suprapartidário pelas Diretas representou mais uma terapia ocupacional. Diante das notícias dando como certa a realização da prévia sucessória no PDS, a oposição quis dar o troco. A prévia não vai realizar-se nem a oposição promoverá o plebiscito.

A proposta de realizar a prévia foi praticamente arquivada porque o Palácio do Planalto teria concluído e convencido Andreazza de que o vitorioso seria justamente o presidencialismo menos desejado do lado de dentro — o vice-presidente Aureliano Chaves. E o plebiscito será esquecido por ser dispensável.

Sem prévia de um lado e sem plebiscito de outro, os partidos voltaram suas atenções para a realidade: o favoritismo de Paulo Maluf até a convenção nacional do PDS (salvo imprevistos), a fragilidade da candidatura Andreazza, a crise irrompida no PDS pela renúncia de José Sarney; a aceitação da candidatura Maluf pelo Planalto; e o crescimento da dissidência pedessista.

A crise no PDS deu ânimo novo aos tancredistas. O distanciamento do Planalto do vice-presidente da República, do presidente do PDS, do ex-presidente do PDS, do presidencial Marco Maciel e de alguns governadores pedessistas criaram fatos novos no processo sucessório, conforme admitiu Affonso Camargo, secretário geral do PMDB. A preconizada "frente de Minas", para unir Aureliano e Tancredo, na tentativa de desestabilizar a maioria pedessista no colégio eleitoral, poderá ser ampliada. Essa ampliação beneficiaria a posição do governador de Minas numa eventual disputa com Paulo Maluf no pleito indireto, se contar com o apoio dos partidos oposicionistas e da dissidência pedessista comentaram Roberto Cardoso Alves, Carlos Sant'Anna, Walber Guimarães, Heráclito Fortes e Jorge Vargas.

Por isso mesmo os tancredistas têm pressa. Lutam pela definição das regras do jogo antes do recesso parlamentar de julho. "Não se pode jogar futebol sem campo e sem bola..." — já disse Aureliano. O campo e a bola estão na emenda do governo. Se votada a tempo Tancredo decidiria a tempo; caso contrário — lembra Fernando Lyra — as oposições teriam de procurar outro candidato competitivo, entre Paulo Brossard, Fernando Henrique Cardoso e outros. Ou convencer Ulysses Guimarães a tentar novamente a eleição indireta.

O agravamento da dissidência no PDS interessa aos tancredistas, mas representa um grave risco para o governo e os malufistas. Os que defendem as diretas acreditam que os dissidentes poderiam tornar realidade o sonho das "diretas já". Os moderados preferem pensar que Tancredo terá mais chance se tiver o apoio das oposições e de toda a dissidência do PDS.

Por tudo isso, para o Planalto e para Maluf, a emenda só deveria ser votada depois de 15 de agosto. Ou não ser votada.

Flamarion Mossri